

**Banco do
Nordeste**



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Banco e FNE

Posição: 31.12.1997



Demonstrações Contábeis

BANCO

Posição: 31.12.1997

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
SEDE: PRAÇA MURILLO BORGES Nº 01 - FORTALEZA - CEARÁ
CAPITAL ABERTO - CARTA PATENTE Nº 3465 - C.G.C. MF. 07.237.373/0001-20

**BALANÇO PATRIMONIAL
PELA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA**

31 DE DEZEMBRO DE 1997 E 1996

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

A T I V O			P A S S I V O		
	31.12.97	31.12.96		31.12.97	31.12.96
CIRCULANTE	2.546.822	2.189.010	CIRCULANTE	1.832.631	1.971.840
DISPONIBILIDADES.....	17.463	15.796	DEPOSITOS.....	1.167.836	959.334
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ.....	366.799	430.891	Depósitos à Vista.....	223.025	112.631
Aplicações no Mercado Aberto.....	365.328	301.375	Depósitos de Poupança.....	176.355	120.199
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....	1.471	129.516	Depósitos Interfinanceiros.....	0	28.376
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	290.847	274.258	Depósitos a Prazo.....	768.456	698.128
Carteira Própria.....	209.593	101.165	CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	41.398	175.227
Vinculados ao Banco Central.....	88.913	176.644	Carteira de Terceiros.....	41.398	175.227
(Provisões para Desvalorizações).....	(7.659)	(3.551)	RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	9.532	59.088
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	264.565	221.582	Recursos de Debêntures.....	9.532	59.088
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar.....	905	405	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	11.573	31.113
Créditos Vinculados:			Recebimentos e Pagamentos a Liquidar.....	0	3.126
Depósitos no Banco Central.....	232.506	182.599	Repasse Interfinanceiros.....	11.178	13.056
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural.....	4.228	2.738	Correspondentes.....	395	14.931
SFH - Sistema Financeiro da Habitação.....	26.206	18.414	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	158	5.232
Repasse Interfinanceiros.....	0	1.831	Recursos em Trânsito de Terceiros.....	25	155
Correspondentes.....	720	15.595	Transferências Internas de Recursos.....	133	5.077
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	22	429	OBRIGAÇÕES POR EMPRESTIMOS	123.261	184.625
Recursos em Trânsito de Terceiros.....	1	31	Empréstimos no País - Instituições Oficiais.....	5.836	3.949
Transferências Internas de Recursos.....	21	398	Empréstimos no Exterior.....	117.425	180.676
OPERAÇÕES DE CREDITO	1.288.368	1.009.054	OBRIG POR REPASSES DO PAIS-INST OFICIAIS	250.894	202.323
Operações de Crédito:			BNDES.....	46.392	29.740
Setor Público.....	139.514	182.126	CEF.....	4.131	6.835
Setor Privado.....	1.072.944	580.717	FINAME.....	191.136	165.040
Operações de Crédito em Atraso:			Outras Instituições.....	9.235	708
Setor Privado.....	194.227	321.633	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	26.541	30.071
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa).....	(118.317)	(75.422)	Repasse do Exterior.....	26.541	30.071
OUTROS CREDITOS	309.960	228.689	OUTRAS OBRIGAÇÕES	201.438	324.827
Créditos por Avais e Fianças Honradas.....	4	0	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados.....	6.619	5.499
Carteira de Câmbio.....	75.008	100.055	Carteira de Câmbio.....	10.117	32.443
Rendas a Receber.....	40	14	Sociais e Estatutárias.....	10.218	146.404
Negociação e Intermediação de Valores.....	5.315	4.243	Fiscais e Previdenciárias.....	33.214	48.892
Créditos Específicos.....	21.699	44.929	Negociação e Intermediação de Valores.....	5.793	4.300
Diversos.....	207.894	79.448	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento.....	63.719	11.637
OUTROS VALORES E BENS	8.798	8.311	Diversas.....	71.758	75.652
Outros Valores e Bens.....	7.640	7.859	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	2.732.771	1.951.713
(Provisões para Desvalorizações).....	(402)	(651)	DEPOSITOS.....	1.709	181.706
Despesas Antecipadas.....	1.560	1.103	Depósitos a Prazo.....	1.709	181.706
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.494.863	1.945.924	RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	389.963	259.226
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	195.252	5.618	Recursos de Debêntures.....	389.963	259.226
Carteira Própria.....	202.590	11.236	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	15.071	23.387
Vinculados ao Banco Central.....	0	0	Repasse Interfinanceiros.....	15.071	23.387
(Provisões para Desvalorizações).....	(7.338)	(5.618)	OBRIGAÇÕES POR EMPRESTIMOS	56.496	48.128
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	5.748	2.907	Empréstimos no País - Instituições Oficiais.....	56.496	48.128
Créditos Vinculados:			Empréstimos no Exterior.....	0	0
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural.....	5.748	2.907	OBRIG POR REPASSES DO PAIS-INST OFICIAIS	982.840	763.190
OPERAÇÕES DE CREDITO	2.086.721	1.634.231	BNDES.....	367.249	113.148
Operações de Crédito:			CEF.....	21.181	17.761
Setor Público.....	737.296	646.725	FINAME.....	565.279	623.279
Setor Privado.....	1.349.425	987.506	Outras Instituições.....	29.131	9.002
Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa:			OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	171.666	121.502
Setor Privado.....	423.949	267.784	Repasse do Exterior.....	171.666	121.502
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa).....	(423.949)	(267.784)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.115.026	554.574
OUTROS CREDITOS	207.142	303.168	Fiscais e Previdenciárias.....	43.348	50.877
Créditos por Avais e Fianças Honradas.....	0	0	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento.....	942.391	422.607
Carteira de Câmbio.....	0	0	Diversas.....	129.287	81.090
Créditos Específicos.....	206.510	189.161	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	2.461	2.749
Diversos.....	632	114.007	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS.....	2.461	2.749
Créditos de Liquidação Duvidosa.....	31.393	17.338	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	735.294	454.078
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa).....	(31.393)	(17.338)	CAPITAL.....	624.000	506.000
PERMANENTE	261.472	245.446	De Domiciliados no País.....	624.000	506.000
INVESTIMENTOS.....	1.284	792	(CAPITAL A REALIZAR).....	0	(140.000)
Participações em Coligadas e Controladas - No País.....	3.435	3.435	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	57.461	54.386
Outros Investimentos.....	2.441	1.949	RESERVAS DE LUCROS.....	53.833	33.692
(Provisão para Perdas).....	(4.592)	(4.592)	LUCROS ACUMULADOS.....	0	0
IMOBILIZADO DE USO	175.772	177.842			
Imóveis de Uso.....	188.609	187.757			
Outras Imobilizações de Uso.....	64.276	57.766			
(Depreciações Acumuladas).....	(77.113)	(67.681)			
DIFERIDO	84.416	66.812			
Gastos de Organização e Expansão.....	113.256	78.867			
(Amortização Acumulada).....	(28.840)	(12.055)			
TOTAL DO ATIVO	5.303.157	4.380.380	TOTAL DO PASSIVO	5.303.157	4.380.380

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
SEDE: PRAÇA MURILLO BORGES Nº 01 - FORTALEZA - CEARA
CAPITAL ABERTO - CARTA PATENTE Nº 3465 - C.G.C. MF. 07.237.373/0001-20

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PELA LEGISLAÇÃO SOCIETARIA**

31 DE DEZEMBRO DE 1997 E 1996
Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

	2º sem/97	1.997	1.996
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	417.762	825.118	778.879
-Operações de Crédito.....	329.769	649.590	625.059
-Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários.....	48.677	104.261	117.418
-Resultados de Operações de Câmbio.....	13.911	27.706	26.654
-Resultado das Aplicações Compulsórias.....	25.405	43.561	9.748
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	(367.225)	(811.310)	(834.728)
-Operações de Captação no Mercado.....	(128.817)	(271.465)	(232.024)
-Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses.....	(154.454)	(286.910)	(359.466)
-Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(83.954)	(252.935)	(243.238)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	50.537	13.808	(55.849)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS.....	17.284	86.782	133.747
-Receitas de Prestação de Serviços.....	64.414	123.537	129.533
-Despesas de Pessoal.....	(137.310)	(270.365)	(292.075)
-Outras Despesas Administrativas.....	(73.216)	(133.382)	(107.427)
-Despesas Tributárias.....	(4.905)	(9.183)	(6.901)
-Outras Receitas Operacionais.....	250.028	490.382	513.503
-Outras Despesas Operacionais.....	(81.727)	(114.207)	(102.886)
RESULTADO OPERACIONAL.....	67.821	100.590	77.898
RESULTADO NÃO OPERACIONAL.....	670	310	(540)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ O LUCRO E PARTICIPAÇÕES.....	68.491	100.900	77.358
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	(27.926)	(33.703)	(34.912)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO.....	40.565	67.197	42.446
Nº de Ações (em milhões)	43.925	43.925	30.333
Lucro Líquido do Período por Lote de Mil Ações (em R\$).....	0,92	1,53	1,40

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PELA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA**

31 DE DEZEMBRO DE 1997 E 1996
Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO			RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
	CAPITAL	AUMENTO DE CAPITAL	CORREÇÃO MONETÁRIA	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	ATIVOS PRÓPRIOS	LEGAL	ESTATUTÁRIAS		
SALDOS EM 31.12.95.....	283.663	0	63.720	337	48.132	1.072	17.213	0	414.137
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....								(1.961)	(1.961)
AUMENTO DE CAPITAL:									
- Proveniente de Reservas:									
- Transf p/ Aumento de Capital		18.617		(337)		(1.072)	(17.208)		0
- Incorporação ao Capital.....	82.337	(82.337)							0
- Decorrente da C.M. do Capital.....		63.720	(63.720)						0
- Proveniente de Capital a Realizar.....		(140.000)							(140.000)
- Decorrente da Subscrição de Ações.....	140.000								140.000
OUTROS EVENTOS:									
- Reavaliação de Ativos:									
- Realização da Reserva:									
. Valor Bruto.....					(4.444)			4.444	0
. Encargos Tributários.....					1.880			(1.880)	0
. Reversão de parte dos Encargos Tributários.....					8.887			169	9.056
. Ajuste-Formação de Reserva.....					(69)			69	0
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....								42.446	42.446
DESTINAÇÕES:									
- Reservas.....						2.122	31.565	(33.687)	0
- Dividendos.....								(9.600)	(9.600)
SALDOS EM 31.12.96.....	506.000	(140.000)	0	0	54.386	2.122	31.570	0	454.078
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO.....	222.337	(140.000)	(63.720)	(337)	6.254	1.050	14.357	0	39.941
SALDOS EM 31.12.96.....	506.000	(140.000)	0	0	54.386	2.122	31.570	0	454.078
AUMENTO DE CAPITAL:									
- Proveniente de Reservas:									
- Transf p/ Aumento de Capital		33.000				(2.000)	(31.000)		0
- Incorporação ao Capital.....	33.000	(33.000)							0
- Proveniente de Capital a Realizar.....	(225.000)	225.000							0
- Decorrente de Subscrições de Ações.....	225.000								225.000
OUTROS EVENTOS:									
- Reavaliação de Ativos:									
- Realização da Reserva:									
. Valor Bruto.....					(4.454)			4.454	0
. Encargos Tributários.....					7.529			(2.249)	5.280
. Reversão de parte dos Encargos Tributários.....								334	334
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....								67.197	67.197
DESTINAÇÕES:									
- Reservas.....						3.360	49.781	(53.141)	0
- Dividendos.....								(16.595)	(16.595)
SALDOS EM 31.12.97.....	539.000	85.000	0	0	57.461	3.482	50.351	0	735.294
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO.....	33.000	225.000	0	0	3.075	1.360	18.781	0	281.216
SALDOS EM 30.06.97.....	539.000	0	0	0	58.731	1.454	19.143	1.603	619.931
AUMENTO DE CAPITAL:									
- Proveniente de Capital a Realizar.....	(85.000)	85.000							0
- Decorrente de Subscrições de Ações.....	85.000								85.000
OUTROS EVENTOS:									
- Reavaliação de Ativos:									
- Realização da Reserva:									
. Valor Bruto.....					(2.227)			2.227	0
. Encargos Tributários.....					957			(1.291)	(334)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE.....								40.565	40.565
DESTINAÇÕES:									
- Reservas.....						2.028	31.208	(33.236)	0
- Dividendos.....								(9.868)	(9.868)
SALDOS EM 31.12.97.....	539.000	85.000	0	0	57.461	3.482	50.351	0	735.294
MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....	0	85.000	0	0	(1.270)	2.028	31.208	(1.603)	115.363

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
SEDE: PRAÇA MURILLO BORGES Nº 01 - FORTALEZA - CEARÁ
CAPITAL ABERTO - CARTA PATENTE Nº 3465 - C.G.C. MF. 07.237.373/0001-20

**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PELA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA**

31 DE DEZEMBRO DE 1997 E 1996
Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

	2º sem/97	1.997	1.996
ORIGEM DOS RECURSOS.....	716.262	1.215.707	1.027.535
LUCRO LIQUIDO DO PERIODO AJUSTADO (1).....	56.423	96.618	61.792
VARIAÇÃO NOS RESULTADOS DE EXERCICIOS FUTUROS.....	(333)	(288)	170
AUMENTO DE CAPITAL - Decorrente da Subscrição de Ações.....	85.000	225.000	
RESERVA DE REAVALIAÇÃO	(334)	5.614	9.056
RECURSOS DE TERCEIROS ORIGINARIOS DE:			
- AUMENTO DOS SUBGRUPO DO PASSIVO:			
Depósitos.....	101.094	28.505	330.364
Captações no Mercado Aberto.....	22.297		69.739
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....	8.072	81.181	138.222
Relações Interfinanceiras e Interdependências.....			10.710
Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	172.516	261.860	69.741
Outras Obrigações.....	161.813	437.062	336.958
- REDUÇÃO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO:			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	13.372	64.092	
Relações Interfinanceiras e Interdependências.....	56.070		
Outros Créditos.....	39.772	14.754	
Outros Valores e Bens.....	195		151
- ALIENAÇÃO DE BENS E INVESTIMENTOS:			
Bens Não de Uso Próprio.....	248	898	12
Imobilizado de Uso.....	57	411	620
APLICAÇÃO DOS RECURSOS.....	717.604	1.214.040	1.022.740
DIVIDENDOS E BONIFICAÇÕES PROPOSTOS.....	9.868	16.594	9.600
INVERSOES EM:			
Bens Não de Uso Próprio.....	59	1.055	5.889
Imobilizado de Uso.....	5.110	9.989	7.515
Investimentos.....	249	489	113
APLICAÇÕES NO DIFERIDO.....	15.351	35.336	40.911
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO:			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....			218.359
Títulos e Valores Mobiliários.....	195.879	206.223	133.916
Relações Interfinanceiras e Interdependências.....		45.416	4.966
Operações de Crédito.....	440.757	731.803	424.491
Outros Créditos.....			176.980
Outros Valores e Bens.....		375	
REDUÇÃO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO:			
Operações Compromissadas.....		133.829	
Relações Interfinanceiras e Interdependências.....	50.331	32.931	
AUMENTO/REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES.....	(1.342)	1.667	4.795
MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA: Aumento/Redução Disponibilidades.....	(1.342)	1.667	4.795
Início do Período.....	18.805	15.796	11.001
Fim do Período.....	17.463	17.463	15.796
(1) DEMONSTRATIVO DO LUCRO LIQUIDO DO PERIODO AJUSTADO:			
LUCRO LIQUIDO DO PERIODO.....	40.565	67.197	42.446
AJUSTES AO LUCRO LIQUIDO DO PERIODO:			
Depreciações e Amortizações.....	15.814	29.377	20.631
Provisão para Perdas em Investimentos.....			118
Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens.....	44	44	558
Ajustes de Exercícios Anteriores.....			(1.961)
LUCRO LIQUIDO DO PERIODO AJUSTADO.....	56.423	96.618	61.792

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 1997 e 1996

1. O BANCO E SUAS CARACTERÍSTICAS

O Banco do Nordeste do Brasil S. A., pessoa jurídica de direito privado, é uma instituição financeira pública de caráter regional, criada pela Lei Federal N.º 1.649, de 19.07.52. Organizado sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, de economia mista, tem por missão impulsionar, como instituição financeira, o desenvolvimento sustentável do Nordeste do Brasil, através do suprimento de recursos financeiros e de suporte a capacitação técnica a empreendimentos da Região.

Para cumprimento de sua missão, além da concessão de créditos para implantação de empreendimentos, o Banco do Nordeste prima, em parceria com os clientes, pela continuidade e sucesso dos negócios realizados, através de processo de visita técnica e gerencial, aportando recursos adicionais, quando necessários.

Classificado como banco múltiplo, o Banco do Nordeste está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras da espécie, exceto a carteira de crédito imobiliário. A Assembléia Geral Extraordinária de 17/10/97 aprovou a realização de operações na carteira de crédito imobiliário, cujo processo está tramitando no Banco Central para autorização.

Na qualidade de órgão de desenvolvimento, o Banco do Nordeste é administrador, dentre outros programas de fomento, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, nos termos dos dispositivos constitucionais vigentes, regulamentados pelas Leis N.ºs 7.827, de 27.09.89 e 9.126, de 10.11.95, e operador do Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR, criado pelo Decreto-Lei N.º 1.376, de 12.12.74, cuja administração está a cargo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com as instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, levando-se em consideração, quando aplicáveis, as disposições da legislação tributária.

3. DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Apuração de Resultados

A apuração é feita de acordo com o regime contábil de competência, destacando-se os seguintes procedimentos:

- ⇒ os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incidentes sobre os ativos e passivos circulante e de longo prazo são apropriados “pro rata die”;
- ⇒ os encargos sobre férias e 13º salário são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição;
- ⇒ são considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável;

b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo

Apresentados pelos valores de liquidação, os quais incorporam os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, deduzidos das respectivas rendas a apropriar.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída de acordo com a Resolução N.º 1.748, de 30.08.90, do Conselho Monetário Nacional, exceto com relação às operações com o Grupo Mendes Júnior (vide alínea “c” seguinte).

c) Excepcionalidade - Voto N.º 142/94, do Conselho Monetário Nacional

Em 20.09.94, o Conselho Monetário Nacional - C.M.N. aprovou o Voto N.º 142/94, conferindo tratamento contábil excepcional aos financiamentos concedidos pelo Banco do Nordeste ao Grupo Mendes Júnior. Tais financiamentos, realizados através de repasses de fundos provenientes do Banco do Brasil S.A., na forma da Circular BACEN N.º 708/82, e de recursos internos do Banco do Nordeste, originaram-se de decisões tomadas desde 1988, decorrentes do relacionamento comercial do Brasil com o Iraque, bem como da implementação da Resolução N.º 881, da Organização para as Nações Unidas, concretizada no Brasil com a edição do Decreto N.º 99.441/90.

Até que sejam implementadas todas as medidas legais e administrativas necessárias à completa resolução da pendência, está o Banco do Nordeste em relação às operações tratadas no citado Voto, desobrigado de:

- ⇒ transferi-las para “Créditos em Liquidação”;
- ⇒ constituir, a partir de 01.07.94, provisões para créditos de liquidação duvidosa;
- ⇒ incluí-las no limite de endividamento de que trata a Resolução do Conselho Monetário Nacional N.º 1.559/88.

De outra parte, o Banco do Nordeste somente reconhecerá as rendas dessas operações quando do seu efetivo recebimento.

A posição dos créditos do Banco do Nordeste junto ao Grupo Mendes Júnior, em 31.12.97, classificados no Ativo Realizável a Longo Prazo, era a seguinte:

	R\$ Mil				
	Saldo Devedor	Rendas Não Apropriadas	Saldo Líquido	Provisão Constituída	Provisão Não Constituída
Vencido	390.740				
Vincendo	26.427				
Total	417.167	330.460	86.707	9.581	77.126

Citados créditos estão amparados por garantia hipotecária, alienação fiduciária de equipamentos, fiança dos principais dirigentes do Grupo Mendes Júnior e caução dos direitos creditórios.

O Banco do Nordeste, através de sua superintendência jurídica, tem diligenciado no sentido de resguardar seus direitos em qualquer instância em que venha situar-se a pendência.

d) Permanente

Demonstrado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31.12.95, observado o seguinte:

- ⇒ os Investimentos estão retificados pela Provisão para Perdas;
- ⇒ os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação;
- ⇒ o Imobilizado está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, das seguintes taxas anuais:
 - Edificações..... 4 %
 - Sistemas de Transporte e de Processamento de Dados..... 20 %
 - Demais itens..... 10 %
- ⇒ o Diferido é composto, principalmente, pelos gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais e pelas despesas diferidas autorizadas pelas Circulares N.ºs 2.582/95 e 2.707/96 do BACEN, retificadas pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual fixa de 20%;

e) Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Demonstrados pelos seus valores originais, acrescidos dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, deduzidos das despesas a apropriar.

f) Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS

Encontram-se registrados no ativo do Banco créditos junto ao FCVS no valor de R\$ 26.165 mil.

A Instituição optou por não aderir à novação facultada pela Medida Provisória 1.635-16, de 12.12.97, preferindo manter seus créditos ao amparo da Circular 43, de 21.02.95, da Caixa Econômica Federal, que prevê em seu artigo 2 a amortização dos saldos devedores do FCVS com utilização das obrigações passivas dos Agentes Financeiros. O Banco do Nordeste iniciou processo de validação do montante registrado em seus ativos, com previsão de conclusão em março de 1998, objetivando submeter à Caixa Econômica Federal as informações para a compensação dos valores ativos e passivos

g) Correção Monetária das Demonstrações Contábeis

De acordo com o art. 4º da Lei N.º 9.249, de 26.12.95, o Banco do Nordeste não efetuou, a partir de 01.01.96, a correção monetária patrimonial. Objetivando evidenciar os ganhos e perdas nos itens monetários não reconhecidos por força da referida lei, apresentamos, a seguir,

demonstração de resultado resumida, posição 31.12.97, elaborada na forma de moeda de capacidade aquisitiva constante, com a utilização da variação do IGP-M:

	R\$ Mil
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	473.009
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(471.029)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.980
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	75.165
RESULTADO OPERACIONAL	77.145
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	286
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	77.431
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(23.680)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	53.751

Em conseqüência, a base de cálculo para tributos (lucro real) foi acrescida em, aproximadamente, R\$ 23.979 mil (C.M. Patrimônio Líquido R\$ 53.704 mil menos C.M. Permanente R\$ 29.725 mil), o que resultou um encargo adicional de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 10.023 mil.

4.OPERAÇÕES DE CRÉDITO - Principais Destaques	R\$ Mil	
	31.12.97	31.12.96
Empréstimos e Títulos Descontados	742.670	621.233
Financiamentos	1.041.980	807.801
Financiamentos Rurais e Agro-industriais	791.388	376.052
Financiamentos Imobiliários	13.033	13.816
Financiamentos de Infra-Estrutura e Desenvolvimento	904.335	899.805

As operações de crédito do Banco do Nordeste estão pactuadas às taxas normais de mercado. No tocante ao FNE, o Banco faz jus, além do “del credere”, à taxa de administração de 3% (três por cento) a.a., conforme Lei n.º 9.126, de 10.11.95, sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, arcando com o risco operacional dos créditos pactuados.

5.OUTROS CRÉDITOS - Principais Destaques	R\$ Mil	
	31.12.97	31.12.96
Carteira de Câmbio		
⇒ Câmbio Comprado a Liquidar	71.055	74.801
Créditos Específicos		
⇒ Operações Refinanciadas c/ o Governo Federal	207.152	197.508
⇒ Tesouro Nacional –Alongamento de Crédito Rural	21.057	36.582
Diversos		
⇒Créditos Tributários-Imp.de Renda, Contribuição Social e Outros	138.192	114.006
⇒Devedores por Depósitos em Garantia	15.070	12.493
⇒Imposto de Renda a Compensar	12.032	14.429
⇒Pgto. a Ressarcir/Contribuição Social a Compensar	7.044	17.177

6.RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS/RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS E OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Em relação às obrigações por empréstimos e repasses contratados no País, as taxas de juros variam de 0 a 12% a.a. e a atualização monetária, quando aplicável segundo as disposições legais e contratuais, é calculada com base em índices oficiais. As obrigações contraídas junto ao Sistema BNDES têm encargos com base na TJLP, acrescida de “del credere” médio de 3% a.a.

Quanto às obrigações externas, com os principais destaques discriminados a seguir, as taxas de juros variam de 6,00 a 13,3682% a.a. (inclusive Imposto de Renda) e a correção cambial, quando aplicável segundo as disposições contratuais, é calculada com base em índices oficiais.

Tais obrigações são amortizadas em datas e valores variáveis, no prazo de até 14 anos, no caso das assumidas no País, e no prazo de até 25 anos, quando contratadas no exterior.

Os repasses ativos são feitos nas mesmas condições dos passivos, quanto a encargos e amortizações, e são amparados por garantias reais, avais e fianças, ou outras garantias colaterais.

	R\$ Mil	
	31.12.97	31.12.96
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS		
⇒ Eurobônus	286.709	208.718
⇒ Euroyens	52.989	56.737
⇒ Resolução 2148 – Notas de Crédito Rural	57.999	52.859
REPASSES INTERFINANCEIROS		
⇒ Resolução 63/Circular 708	26.249	36.443
EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR		
⇒ Exportação até 360 dias	77.272	80.652
⇒ Importação até 360 dias	12.085	55.890
⇒ Importação acima de 360 dias	21.708	756
OBRIG.P/REPASSES DO PAÍS-INSTITS. OFICIAIS		
BNDES		
⇒ POC-FINEM	326.612	136.094
⇒ Linha de Crédito p/Investimento no Setor Agrícola	43.443	2.633
FINAME		
⇒ Programa Especial	606.420	698.413
⇒ Programa Automático	93.076	68.522
REPASSES DO EXTERIOR		
Recursos do BID	196.502	149.983

7. OUTRAS OBRIGAÇÕES - Principais Destaques R\$ Mil

	31.12.97	31.12.96
Fiscais e Previdenciárias		
⇒ Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	21.551	35.943
⇒ Provisão para Imposto de Renda Diferido	43.348	50.877
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento		
⇒ Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT	925.449	413.309
⇒ FNE – Disponível	62.136	8.536
Diversos		
⇒ Riscos com Operações do FNE	128.654	81.090
⇒ Provisão para Despesas de Pessoal	18.483	33.532

8. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS - Principais Destaques R\$ Mil

	2º Sem/97	31.12.97	31.12.96
Taxa de Administração e Del-Credere do FNE	203.951	367.582	321.065
Operações Refinanciadas com o Governo Federal	14.822	33.982	33.046

9. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS - Principais Destaques R\$ Mil

	2º Sem/97	31.12.97	31.12.96
Riscos com Operações do FNE	46.732	55.463	55.849
Dispensa de Encargos de Operações	8.112	9.607	10.547
Variação Cambial Negativa de Empréstimos	5.759	16.021	16.235

10. PROVISÕES

a) Créditos de Liquidação Duvidosa

Durante o exercício foi constituída provisão no valor de R\$ 296.607 mil, a qual, deduzida da reversão de provisões, de R\$ 43.672 mil (R\$ 39.934 mil, do Banco e R\$ 3.738 mil do FNE), resultou numa provisão líquida de R\$ 252.935 mil, para o Banco. Foi baixado, como prejuízo, o montante de R\$ 43.558 mil.

De acordo com a Resolução nº 2.404/97, do Banco Central do Brasil, os créditos do Estado de Alagoas não foram transferidos para atraso, tendo em vista a formalização de sua cessão para a Caixa Econômica Federal.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

Os cálculos dos encargos do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro foram feitos em consonância com os dispositivos das Leis N° 9.249/95 e 9.430/96.

A Provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15%, à qual é acrescido o adicional de 10%, sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas em lei; a Contribuição Social, calculada à alíquota de 18% sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação.

c) PASEP

Provisionado à alíquota de 0,75%, observada a base de cálculo definida em lei.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social é de R\$ 624.000 mil, representado por 43.924.846.280 de ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas, de acordo com a distribuição a seguir:

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% Capital Votante	% Capital Total
Fundo Nacional de Desenvolvimento–FND União Federal	7.824.227.033	11.880.482.250	32,13	44,86
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste – CAPEF	12.418.907.297	0	51,01	28,27
Lehman Brothers Special Financi	2.367.605.922	1.118.817.831	9,72	7,94
Banque Nationale de Paris	0	1.142.600.000	0,00	2,60
Fundo de Participação Social – FPS	0	667.000.000	0,00	1,52
BNDES-Participações S/A-BNDESPAR	0	623.524.173	0,00	1,42
Banque Paribas	448.957.300	77.154.822	1,84	1,20
Fundo de Inv.F.BBA Creditanstalt	0	478.500.000	0,00	1,09
Slim Fundo de Inv.Financ	0	348.000.000	0,00	0,79
Nomura Option International Plc	0	232.000.000	0,00	0,53
Sloane Fundo de Inv. Financ.	0	229.100.000	0,00	0,52
Fundo de Investimento de Capital Estrangeiro RALLY	14.585.400	153.722.100	0,06	0,38
Bradesco Sal Brothers/Patr Asse	0	142.100.000	0,00	0,32
Luis Alves Paes de Barros	4.790.180	43.656.455	0,02	0,11
Torrey Foundation	1.587.800	100.000.000	0,01	0,23
Ferdinando Gatti	38.880.600	52.402.200	0,16	0,21
Avelino de Almeida Neto	61.509.619	0	0,25	0,14
Estado do Ceará	11.137.500	2.227.500	0,05	0,03
Outros	1.156.033.430	2.056.236.868	4,75	7,31
TOTAL	24.348.222.081	19.576.624.199	100,00	100,00

A atual composição acionária é resultante de deliberação da Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 17.10.97, aumentando o Capital Social do Banco de R\$ 539 milhões para R\$ 624 milhões.

12. DIVIDENDOS

O Estatuto do Banco do Nordeste assegura aos acionistas dividendo mínimo de 25% do lucro líquido apurado em cada exercício, ajustado conforme definido em Lei.

A Diretoria propôs, para apreciação do Conselho de Administração “ad referendum” da Assembléia Geral, o pagamento de dividendo complementar. Do dividendo a ser pago aos acionistas será deduzido o dividendo antecipado sobre o lucro líquido do 1º semestre, corrigido pela TR. Segue-se a demonstração dos cálculos dos dividendos do exercício de 1997:

	R\$ Mil
1. Lucro Líquido do Exercício.....	67.197
2. Reserva Legal Constituída	(3.360)
3. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	2.539
4. Base de Cálculo do Dividendo	66.376
5. Dividendo Proposto e Provisionado de 25,001%.....	16.595
6. Dividendo Antecipado Corrigido	7.054
7. Dividendo Complementar	9.541
-Dividendo complementar por lote de 1.000 ações preferenciais (0,2287x19.576.624,199)...	4.477
-Dividendo complementar por lote de 1.000 ações ordinárias (0,2080x24.348.222,081)....	5.064

Para as ações preferenciais foram calculados dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, conforme previsto no inciso “I” do artigo 17 da Lei 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei n.º 9.457/97 e o disposto no parágrafo 1º do artigo 5º do Estatuto Social do Banco.

Os dividendos serão pagos com encargos financeiros à base da TR da data do encerramento do balanço até a data em que o rendimento se tornar disponível para o acionista.

13. RESERVA DE REAVALIAÇÃO

a) **Itens reavaliados:** bens de uso próprio

b) **Valor original da reserva constituída:** CR\$ 1.796.325 mil, posição 26.02.93

c) **Critérios e procedimentos de realização da reserva, de transferência para "Lucros ou Prejuízos Acumulados" e de cômputo na base de cálculo de distribuição de participações e dividendos:**

⇒ a realização da reserva de reavaliação e a transferência para "Lucros ou Prejuízos Acumulados" ocorre quando da efetivação das despesas de depreciação. O resultado do exercício foi afetado em R\$ 2.539 mil.

⇒ houve distribuição de dividendos sobre o valor da realização da reserva.

14. CONTINGÊNCIAS

a) **Contribuição Social**

Encontra-se contabilizado um crédito tributário de R\$ 587 mil, referente à Contribuição Social de 1988, considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Em 02.07.97 o Banco do Nordeste pediu desistência do recurso administrativo interposto em 28.06.96, a fim de efetuar a compensação imediata, com valores da mesma contribuição, devidos no exercício atual, amparado na IN n.º 21, de 10.03.97, da Secretaria da Receita Federal.

O Banco compensou valores apurados conforme a sistemática do artigo 3º da Lei nº 8.200, de 28.06.91, na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro, amparado em Parecer de sua Consultoria Jurídica e decisões judiciais em casos similares.

b) **FINSOCIAL**

O Banco tem registrado um crédito tributário, no valor de R\$ 3.025 mil, referente ao saldo remanescente das parcelas do FINSOCIAL recolhidas no período de set/89 a mar/92, consideradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal e que foram restituídas pela União parcialmente em 15.10.96. O saldo remanescente foi objeto de precatório complementar.

c) **Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT e Programa de Formação Profissional - PFP - Leis n.º 6.321/76 e 6.297/75**

O Banco do Nordeste está contestando em juízo impugnações do Fisco Federal relativamente a esses dois Programas Incentivados. Encontra-se provisionado o valor de R\$ 573 mil para fazer face a perdas, em caso de decisão desfavorável na esfera do Poder Judiciário.

d) **Contribuições Previdenciárias**

O Banco do Nordeste ingressou, em 25.07.96, na Justiça Federal, com ação anulatória de débito fiscal, requerendo a declaração de nulidade da notificação fiscal de lançamento de débito expedida pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, no valor correspondente a 19.862.855,29 UFIR. O processo encontra-se aguardando julgamento na 4ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Ceará, com acentuada possibilidade de êxito para o Banco.

Por manter expectativa de sucesso em relação à questão, o Banco deixou de fazer o provisionamento, considerando parecer de sua Superintendência Jurídica e jurisprudência existente, bem como pelo fato de ser detentor de liminar concedida pelo TRF – 5ª Região, confirmando a decisão da Justiça Federal do Ceará.

e) **Créditos Tributários**

A legislação fiscal delimita a dedutibilidade das despesas com provisões para devedores duvidosos (contabilizadas conforme a Resolução n.º 1.748/90, do Banco Central), as quais se tornarão dedutíveis em exercícios futuros, quando revertidas.

Diante da temporariedade da adição das provisões e conforme disposição da Circular n.º 2.217/97, do Banco Central, foi registrado crédito tributário correspondente ao imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporais, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis no exercício de 1997.

O saldo da provisão ativa de imposto de renda (25%) e contribuição social (18%) apresentado no período tem a seguinte composição:

Créditos Tributários de Imposto de Renda – 1997 - R\$ 76.824 mil

Créditos Tributários de Contribuição Social – 1997 - R\$ 55.313 mil

15. REMUNERAÇÃO PAGA A FUNCIONÁRIOS E ADMINISTRADORES

Os valores máximos, médios e mínimos da remuneração mensal paga pelo Banco a seus funcionários e administradores são os seguintes:

Remuneração Bruta	Funcionários (1)	Administradores (2)
Máxima	R\$ 7.009,07	R\$ 8.410,88
Mínima	R\$ 203,87	
Média	R\$ 2.159,01	

(1) Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

(2) Inclui R\$ 1.401,81, referentes ao adicional de 20% da remuneração do cargo, fixado pelo Ministério da Fazenda.

Em 31.12.97, o número de funcionários do Banco do Nordeste totalizava 4.350, contra 4.867, na posição de 31.12.96, registrando-se, no período, uma redução de 10,6% no quadro de pessoal do Banco.

16. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E ASSISTÊNCIA MÉDICA

O Banco é patrocinador da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF, entidade fechada de previdência privada, que complementa a aposentadoria de funcionários associados e a pensão de seus dependentes, bem como da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAMED, que presta assistência aos funcionários do Banco, no tocante à proteção de sua saúde, bem como de seus dependentes.

Apresentam-se, a seguir, as informações relevantes atinentes ao funcionamento da CAPEF:

a) Custo anual

1997 - R\$ 46.848 mil (R\$ 53.047 no exercício de 96)

b) Regime atuarial

A CAPEF adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas relativas a benefícios de complementação de aposentadoria, pensão e pecúlio.

c) Plano de benefícios

O tipo de plano adotado é o de benefício definido, assegurando:

⇒ Aos participantes: complementação de aposentadoria por tempo de serviço, complementação de aposentadoria por invalidez e complementação de aposentadoria por idade.

⇒ Aos dependentes de participantes: complementação de pensão e pecúlio.

d) Obrigações vencidas

Não existem.

e) Compromissos estatutários da companhia em relação às insuficiências patrimoniais

Conforme nossos consultores jurídicos, o Banco do Nordeste, enquanto patrocinador, não responde diretamente por insuficiências atuariais apuradas pela CAPEF, na forma do que dispõe a Lei 8.020/90.

f) Valor do superávit e suas razões

Na posição de 31 de dezembro de 1997 registra-se um superávit técnico no montante de R\$ 115.048 mil (déficit de R\$ 102.320 em dezembro/96).

A Capef encontra-se sob intervenção do Ministério da Previdência e Assistência Social desde o dia 04 de agosto de 1997. As medidas adotadas pelo interventor conseguiram reverter o déficit técnico da Entidade. Entre essas medidas incluem-se a exclusão da contribuição extra de 15% para os participantes que recebiam parcela de prorrogação de expediente, a retirada da parcela de prorrogação de expediente do cálculo dos benefícios concedidos e a conceder, criação de uma tabela de remuneração com base em AGO/97 a ser corrigido pelo IGP-DI ou pelo índice cumulativo de reajuste salarial, o que for menor, o desvinculamento entre a complementação de aposentadoria paga pela CAPEF e o benefício pago pelo INSS e a redução do valor do Pecúlio Ordinário para doze vezes a média da remuneração do participante nos doze meses imediatamente anteriores ao óbito. Também foi instituído um benefício mínimo para os futuros aposentados da Caixa.

g) Taxas de Contribuições Atuais e Futuras

I. Sobre a Folha de Pagamento de Participantes Ativos

Faixas Salariais (*)	Participação (%)		
	Participante	Patrocinador	Total
Até 0,5	5,0	19,8	24,8
De 0,5 a 1,0	7,0	17,8	24,8
De 1,0 a 1,2	9,0	15,8	24,8
Acima de 1,2	17,0	7,8	24,8

(*) Em tetos de salário de contribuição da Previdência Social (R\$ 1.031,87)

II. Sobre Benefícios

	Contribuição (%)		
	Participante	Patrocinador	Total
Complementação de Aposentadoria	20,00	30,0	50,0
Complementação de Pensão	0,0	20,0	20,0

h) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

Exercício de 1997: 1:1,51 em média (Exercício de 1996: 1:1,60).

i) Reavaliação Atuarial

A última reavaliação atuarial da entidade aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar diz respeito ao exercício findo em 31 de dezembro de 1996, conforme ofício N.º 439/GAB/SPC de 01 de julho de 1997.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais ou de compensação.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos registrados em contas patrimoniais, que apresentavam valores de mercado diferentes dos reconhecidos nas demonstrações contábeis na posição de 31.12.97, são resumidos como segue:

Enquadramento Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		
Livres		
Títulos de Renda Fixa		
Títulos da Dívida Agrária (a)	43	67
Outros		
.Nuclebrás, Portobrás e Títulos da Securitização do PROAGRO (a)	18.534	28.514
Títulos de Renda Variável (b)	136.877	98.345

(a) Para os TDAs, NUCLEBRÁS, PORTOBRÁS e Títulos da Securitização do PROAGRO, levamos em consideração o nível médio de deságio negociado no mercado, em torno de 35%, que coincide com os registros de "PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE TÍTULOS" na contabilidade.

(b) Englobam os CI's do FINOR e ações da ELETROBRÁS depositadas no Fundo Nacional de Desestatização - FND.

Os valores nominais dos instrumentos financeiros (contratos de swaps) registrados em conta de compensação (valor global) e os correspondentes valores das contas patrimoniais (valores a receber/pagar), em 31.12.97, são resumidos como segue:

R\$ Mil		
POSIÇÃO ATIVA	VALOR GLOBAL	VALOR A RECEBER
Pós-fixadas	15.292	1.464
Prefixados	176.198	3.851
T O T A L	191.490	5.315

R\$ Mil		
POSIÇÃO PASSIVA	VALOR GLOBAL	VALOR A PAGAR
Mercado Interfinanceiro	189.406	5.651
Moeda Estrangeira (US\$)	2.084	142
T O T A L	191.490	5.793

Os contratos de “swaps” possuem os seguintes vencimentos:

	R\$ Mil
Até 90 dias	150.000
De 91 a 180 dias	15.835
De 181 a 365 dias	2.525
Acima 365 dias	23.130
T O T A L	191.490

18. DIFERIMENTO DE DESPESAS

Com vistas a adequar suas ações ao novo contexto do Sistema Financeiro, utilizando modernas técnicas de gestão, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento da Região, o Banco do Nordeste implementou, a partir de 1995, o seu Plano Estratégico de Reestruturação, tendo como focos o atendimento ao agente produtivo, a sua auto-sustentabilidade e o relacionamento político-institucional.

A decisão levou em consideração, dentre outras variáveis, a faculdade concedida pelo Banco Central do Brasil, através das Circulares N°s 2.582 e 2707, de 21.06.95 e 31.07.96, respectivamente, passando o Banco a diferir os gastos com os projetos a seguir relacionados:

	R\$ Mil		
Projetos	Gasto Estimado	Gastos Efetuados	Previsão Conclusão
Automação Bancária	2.092	2.092	CONCLUÍDO
Cobrança Judicial	58	58	CONCLUÍDO
Grupos de Gestão	47	47	CONCLUÍDO
Programa de Competitividade Técnica e Gerencial	117	117	CONCLUÍDO
Rec. E Cons. de Informações	46	46	CONCLUÍDO
Redesenho do Processo de Concessão de Crédito	840	840	CONCLUÍDO
Sistema de Custos e Rentabilidade e Sistema de Planejamento e Custos de Informática	249	249	CONCLUÍDO
Supressão de Horas Extras	52.246	52.246	CONCLUÍDO
Terceirização da Compensação	328	328	CONCLUÍDO
Reorientação da Rede de Agências	2.645	2.645	CONCLUÍDO
Sistema Integrado de Administração de Crédito	3.128	3.128	CONCLUÍDO
Sistema Integrado do Pessoal	1.351	1.351	CONCLUÍDO
Estruturação do Processo de Capacitação	265	265	CONCLUÍDO
Indicadores de Performance	243	243	CONCLUÍDO
Agentes de Desenvolvimento (Sistematização e Resultado)	573	573	CONCLUÍDO
Negócios e Ações para Auto-Sustentabilidade	232	232	CONCLUÍDO
Oportunidades e Promoção de Investimentos	428	428	CONCLUÍDO
Sistema de Informações Gerenciais – Auto-Sustentabilidade	187	187	CONCLUÍDO
Comunicação Interna e Externa	695	695	CONCLUÍDO
Marketing Global	628	628	CONCLUÍDO
Novos Produtos e Serviços	1.266	1.266	CONCLUÍDO
Redesenho da Área Administrativa	930	930	CONCLUÍDO
Redesenho da Área Financeira	691	691	CONCLUÍDO
Sistema de Orçamento	442	442	CONCLUÍDO
Modernização dos Instrumentos de RH	13.971	13.971	CONCLUÍDO
Modernização Tecnológica	22.200	22.200	CONCLUÍDO
Novos Avanços do Processo de Concessão de Crédito	270	270	CONCLUÍDO
Planejamento e Avaliação de Performance	706	706	CONCLUÍDO
Redesenho do Processo de Sup.de Solução de Tecnologia	1.017	1.017	CONCLUÍDO
Oficinas de Aperfeiçoamento e Gerenciamento de Processos de Agências	638	638	CONCLUÍDO
T O T A L	108.529	108.529	

Os gastos serão amortizados linearmente à taxa anual de 20% (correspondente a 1,667% a.m.).

19. FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

Em observância à Carta-Circular N.º 2.217, do BACEN, em 31.01.96, o Banco do Nordeste segregou de suas contas patrimoniais os valores relativos aos recursos do FNE, registrando-os em contas de compensação com os mesmos níveis de detalhamento até então verificados, ficando nas contas patrimoniais do Banco do Nordeste (Obrigações) os recursos livres, que ainda não estão liberados e comprometidos com operações de crédito.

A provisão dos créditos de liquidação duvidosa para às operações realizadas com recursos do FNE é constituída de acordo com as regras estabelecidas pelo Fundo e registrada pelo Banco como provisão para passivos contingentes, R\$ 128.654 mil em 31.12.97 e R\$ 81.090 mil em 31.12.96.

O FNE apresenta, em 31.12.97, o balanço abaixo discriminado:

R\$ Mil					
A T I V O	31.12.97	31.12.96	P A S S I V O	31.12.97	31.12.96
CIRCULANTE	917.584	695.055	CIRCULANTE	6.516	755
Disponibilidades Livres	62.136	8.536	Outros Valores	6.516	755
Disponibilidades Comprometidas	-	-			
Relações Interfinanceiras	99.424	89.546	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.182.408	3.250.023
Operações de Crédito	756.024	590.863	Transferências da União	2.496.636	1.684.010
Outros Valores e Bens	-	6.110	Reserva para Contingência	30.071	21.862
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.271.340	2.555.723	Resultados de Exercício Anteriores	1.543.896	1.459.219
Relações Interfinanceiras	6.678	4.256	Resultado do Exercício	111.805	84.932
Operações de Crédito	3.264.662	2.551.467			
T O T A L	4.188.924	3.250.778	T O T A L	4.188.924	3.250.778

O FNE é administrado pelo Banco do Nordeste, a quem cabe, por força da Lei N.º 7.827, de 27.09.89, gerir os recursos do Fundo; definir normas, procedimentos e condições operacionais; analisar e enquadrar as propostas de financiamentos nas faixas de encargos; fixar juros; deferir os créditos; formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições credenciadas como agentes financeiros; prestar contas sobre os resultados alcançados, desempenho e estado dos recursos de aplicações e exercer outras atividades inerentes à função de órgão administrador. Compete, ainda, ao Banco do Nordeste, na condição de responsável pela integridade patrimonial do Fundo, honrar os créditos que se revelarem irrecuperáveis. Além disso, para a sua operacionalização é indispensável a utilização de sua estrutura logística, compreendendo, instalações, mão-de-obra e sistemas informatizados. É oportuno apresentar a estrutura consolidada das contas do Banco do Nordeste e do FNE, com destaque para os itens modificados:

R\$ Mil					
A T I V O	31.12.97	31.12.96	P A S S I V O	31.12.97	31.12.96
CIRCULANTE	3.656.151	2.919.016	CIRCULANTE	1.832.631	1.971.850
Disponibilidades	17.463	15.796	Depósitos	1.167.836	959.334
Aplicações Interfinanc. de Liquidez	366.799	430.891	Captações no Mercado Aberto	41.398	175.227
Títulos e Valores Mobiliários	290.847	224.258	Recs. de Aceites e Emissão de Títs.	9.532	59.088
Relações Interfinanceiras	363.989	311.129	Relações Interfinanceiras	11.573	31.113
Relações Interdependências	22	429	Relações Interdependências	158	5.233
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.304.789	1.580.153	Obrigações por Empréstimos	123.261	184.625
Operações de Crédito			Obrig.p/Rep.do País –Inst. Oficiais	250.894	202.324
Setor Público	139.514	182.126	Obrigs. por Repasses do Exterior	26.541	30.071
Setor Privado	2.040.479	1.132.002	OUTRAS OBRIGAÇÕES	201.438	324.835
Operações de Crédito em Atraso			FNE	62.136	8.536
Setor Privado	302.715	361.211	Outros	139.302	316.299
(Provisão para CL)	(177.919)	(95.186)			
Outros Créditos	303.444	341.939	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	6.724.389	5.211.111
Outros Valores e Bens	8.798	14.421	Depósitos	1.709	181.706
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	5.377.152	4.376.316	Recs. de Aceites e Emissão de Títs.	389.963	259.226
Títulos e Valores Mobiliários	195.252	55.618	Relações Interfinanceiras	15.071	23.387
Relações Interfinanceiras	12.426	7.163	Obrigações por Empréstimos	56.496	48.128
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.962.332	4.124.373	Obrig.p/Rep.do País –Inst. Oficiais	982.840	763.190
Operações de Crédito			Obrigs. por Repasses do Exterior	171.666	121.502
Setor Público	737.296	646.725	OUTRAS OBRIGAÇÕES	5.106.644	3.714.972
Setor Privado	4.225.036	3.477.648	FNE	4.120.273	3.241.488
Operações de CL			Outros	986.371	473.485
Setor Privado	493.002	329.110	RESULT.DE EXERC.FUTUROS	2.461	2.749
(Provisão para CL)	(493.002)	(329.110)			
Outros Créditos	207.142	189.162			
PERMANENTE	261.472	245.446	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	735.294	454.068
T O T A L	9.294.775	7.540.778	T O T A L	9.294.775	7.540.778

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Transações com Partes Relacionadas

O Banco do Nordeste não realizou transações com empresas coligadas e controladas nos exercícios de 1996 e 1997. As operações com empresas sob o controle do Governo Federal - acionista majoritário do Banco - montam em R\$ 792.164 mil. Tais operações de crédito foram realizadas sob as mesmas condições aplicáveis a partes não-relacionadas.

b) Garantias Prestadas

As garantias concedidas a terceiros, sob a forma de fianças e avais, totalizam R\$ 26.717 mil, estando sujeitas a encargos financeiros e a contragarantias pelos beneficiários.

c) Seguros

Os bens móveis e imóveis do Banco estão suficientemente segurados no montante de R\$ 194.616 mil, assim distribuídos:

⇒ Bens Móveis: R\$ 22.034 mil;

⇒ Bens Imóveis: R\$ 172.582 mil.

Fortaleza, 31 de dezembro de 1997.

BYRON COSTA DE QUEIROZ

PRESIDENTE

ERNANI JOSÉ VARELA DE MELO

DIRETOR

RAIMUNDO NONATO CARNEIRO SOBRINHO

DIRETOR

OSMUNDO EVANGELISTA REBOUÇAS

DIRETOR

JEFFERSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE

DIRETOR

MARCELO PELÁGIO DA COSTA BOMFIM

**SUPERINTENDENTE DE NEGÓCIOS E CONTROLE
FINANCEIRO**

EVERALDO NUNES MAIA

SUPERINTENDENTE JURÍDICO

IVO ADEMAR LEMOS – CONTADOR

CRC-CE N.º 10074

CPF-274.930.407-53

OBS.: Estas Notas Explicativas constituem parte integrante das Demonstrações Contábeis.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - Banco do Nordeste

Aos administradores e acionistas
Banco do Nordeste do Brasil S/A
Fortaleza CE

1. Examinamos os balanços patrimoniais do Banco do Nordeste do Brasil S.A., em 31 de dezembro de 1997 e de 1996, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, bem como as demonstrações do semestre findo em 31 de dezembro de 1997, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é expressar opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos do banco; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do banco, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Conforme mencionado na nota explicativa nº 18, o banco decidiu implementar, de imediato, o seu plano estratégico de reestruturação, diferindo as despesas relacionadas com o referido plano, em consonância com a faculdade conferida pelo Banco Central do Brasil por meio das Circulares nºs. 2582/95 e 2707/96, o que está em desacordo com os princípios Fundamentais de Contabilidade. Tal procedimento aumentou o resultado do exercício e do semestre findo em 31 de dezembro de 1997, respectivamente, em R\$ 9.469 mil e R\$ 2.945 mil (1996 - R\$ 17.768 mil e R\$ 6.083 mil), bem como aumentou o patrimônio líquido e o ativo diferido naquela mesma data, respectivamente, em R\$ 58.303 mil e R\$ 81.308 mil (1996 – R\$ 48.840 mil e R\$ 64.665 mil), líquido das amortizações e considerando os efeitos de impostos e contribuições.
4. Em nossa opinião, exceto quanto ao mencionado no parágrafo 3, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Nordeste do Brasil S.A em 31 de dezembro de 1997 e de 1996, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, bem como as demonstrações do semestre findo em 31 de dezembro de 1997, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária.
5. Conforme detalhado na nota explicativa nº. 3. c., o banco possui valores a receber do Grupo Mendes Júnior não provisionados no montante de R\$ 77.126 mil, os quais foram objeto de pareceres jurídicos e relatório do Grupo de Trabalho Interministerial, culminando com o voto do Conselho Monetário Nacional, que conferiu tratamento de excepcionalidade em relação às normas do Banco Central. Em função da disputa jurídica e das garantias existentes relacionadas à cobertura do valor, a administração do Banco concluiu e nós concordamos não ser possível a determinação do valor que será efetivamente recebido quando do desenlace da questão. Contudo, sabe-se que estes fatores alongam o tempo esperado para a resolução da questão e reduzem a possibilidade de perda.

Fortaleza, 23 de janeiro de 1998.

Luis Geraldo Schonenberg
Contador
CRC-SP 178.453-S-Ce
Trevisan Auditores
Independentes
CRC-SP 13.439-S-Ce

PARECER DO CONSELHO FISCAL

- O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, declara haver procedido ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis do Banco, relativos ao exercício findo em 31.12.97 e, tomando por base o Parecer dos Auditores Independentes - TREVISAN - AUDITORES INDEPENDENTES, de 23 de janeiro de 1998, é de opinião que as referidas Demonstrações Contábeis refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação financeira e patrimonial do Banco..

Fortaleza, 26 de janeiro de 1998.

CONSELHO FISCAL

Pedro Paulo Monteiro Vieira
Presidente

Carlos Augusto Tôrres Nobre
Conselheiro

Osmar Nelson Frota
Conselheiro

Mauro Sérgio Boga Soares
Conselheiro

**Pedro Wilson Carrano
Albuquerque**
Conselheiro

**Banco do
Nordeste**



FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE
Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstrações Contábeis

F N E

Posição: 31.12.1997

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE		
(Lei nº 7.827, de 27.09.89)		
BALANÇO PATRIMONIAL		
PELA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA		
31 DE DEZEMBRO DE 1997 E 1996		
(Valores em R\$ Mil)		
ATIVO		
	31.12.97	31.12.96
CIRCULANTE.....	917.584	695.055
DISPONIBILIDADES LIVRES.....	62.136	8.536
.Recursos a Alocar.....	62.136	8.536
DISPONIBILIDADES COMPROMETIDAS.....	0	0
.Recursos Alocados.....	0	0
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS.....	99.424	89.546
.Crédito Rural - Proagro a Receber.....	3.567	3.153
.Devedores por Repasses.....	95.857	86.393
OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	756.024	590.863
.Financiamentos.....	213.047	166.505
.Financiamentos Agroindustriais.....	78.740	61.538
.Financiamentos Rurais.....	464.237	362.820
OUTROS VALORES E BENS.....	0	6.110
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO.....	3.271.340	2.555.723
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS.....	6.678	4.256
.Crédito Rural - Proagro a Receber.....	6.678	4.256
OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	3.264.662	2.551.467
.Financiamentos.....	844.967	838.884
.Financiamentos Agroindustriais.....	183.866	213.065
.Financiamentos Rurais.....	2.235.829	1.499.518
TOTAL DO ATIVO.....	4.188.924	3.250.778
PASSIVO		
	31.12.97	31.12.96
CIRCULANTE.....	6.516	755
Outros Valores.....	6.516	755
PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	4.182.408	3.250.023
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO:		
.No exercício.....	812.626	724.070
.Em exercícios anteriores.....	1.684.010	959.940
RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....	30.071	21.862
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	1.543.896	1.459.219
RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	111.805	84.932
TOTAL DO PASSIVO.....	4.188.924	3.250.778

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
PELA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA		
31 DE DEZEMBRO DE 1997 E 1996		
(Valores em R\$ Mil)		
	1.997	1.996
RECEITAS		
.De Operações de Crédito.....	227.844	158.037
.De Remuneração das Disponibilidades.....	9.633	24.439
DESPESAS		
.De Administração.....	(125.667)	(97.539)
.De Auditoria.....	(5)	(5)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	111.805	84.932

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
PELA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA	
31 DE DEZEMBRO DE 1997 E 1996	
(Valores em R\$ Mil)	
	2.433.707
SALDOS EM 31.12.95	2.433.707
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO NO EXERCÍCIO	731.384
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	84.932
SALDOS EM 31.12.96	3.250.023
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	816.316
SALDOS EM 31.12.96	3.250.023
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO NO EXERCÍCIO	820.580
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	111.805
SALDOS EM 31.12.97	4.182.408
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	932.385

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS		
PELA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA		
31 DE DEZEMBRO DE 1997 E 1996		
(Valores em R\$ Mil)		
	1.997	1.996
ORIGEM DOS RECURSOS	944.256	817.071
REDUÇÃO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO:		
Outros Valores e Bens	6.110	
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO:		
Outros Valores	5.761	755
Transferências da União no Exercício	820.580	731.384
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	111.805	84.932
APLICAÇÃO DOS RECURSOS	890.656	1.028.493
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO:		
Relações Interfinanceiras	12.300	25.925
Operações de Crédito	878.356	1.002.568
AUMENTO/REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	53.600	(211.422)
MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA	53.600	(211.422)
Início do Exercício	8.536	219.958
Fim do Exercício	62.136	8.536

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31.12.97

1. HISTÓRICO

O **Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE** originou-se de dispositivo inserido na Constituição Federal (art.159 I “c”), tendo sido regulamentado pela Lei n.º 7.827, de 27.09.89. Tem por objetivo fomentar o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, através da execução de programas de financiamento aos setores produtivos, com tratamento preferencial às atividades de mini e pequenos produtores rurais; às desenvolvidas por micro e pequenas empresas; às que produzem alimentos básicos e aos projetos de irrigação, sendo vedada a aplicação de recursos a fundo perdido.

Ao Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE cabe aprovar os programas de financiamento do Fundo, harmonizando-os com os Planos Regionais de Desenvolvimento, bem como indicar providências para compatibilização das respectivas aplicações com ações das demais instituições de desenvolvimento regional, avaliando os resultados obtidos.

2. ADMINISTRAÇÃO

O FNE , administrado pelo Banco do Nordeste, a quem cabe, por força da Lei n.º 7.827/89, gerir os recursos do Fundo; definir normas, procedimentos e condições operacionais; enquadrar as propostas de financiamentos nas faixas de encargos; fixar juros; deferir os créditos; formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições credenciadas como agentes financeiros do Fundo; prestar contas sobre os resultados alcançados, desempenho e estado dos recursos de aplicações e exercer outras atividades inerentes à função de órgão administrador.

Pela administração do FNE, o Banco do Nordeste faz jus à taxa de administração de 3% (três por cento) a.a., calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo.

3. FISCALIZAÇÃO DO FNE

O Banco do Nordeste mantém, permanentemente, à disposição dos órgãos de fiscalização competentes os demonstrativos, com posição de final de mês, dos recursos, aplicações e resultados do Fundo.

4. RISCO OPERACIONAL

O FNE é isento de risco operacional, cabendo ao Banco do Nordeste, na condição de responsável pela integridade patrimonial do Fundo, honrar os créditos que se revelarem irrecuperáveis.

5. AUDITORIA EXTERNA

O FNE mantém auditoria externa, contratada às suas expensas, para certificação do cumprimento das disposições constitucionais e legais estabelecidas, além do exame das contas e outros procedimentos usuais de auditoria.

6. DIRETRIZES CONTÁBEIS

Conquanto administrado pelo Banco do Nordeste, o FNE tem contabilidade própria, valendo-se do sistema contábil do Banco, onde foram criados subtítulos específicos para o registro dos atos e fatos referentes ao Fundo, permitindo a apuração de resultados à parte.

As diretrizes contábeis adotadas pelo Banco do Nordeste para o controle do FNE estão consubstanciadas no Plano Contábil do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - COFIN, instituído pela diretoria do Banco no uso das atribuições que lhe conferem a Lei n.º 7.827/89.

São os seguintes os principais destaques de procedimentos contábeis:

a) Apropriação de Receitas e Despesas

São receitas do FNE os encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito e a remuneração paga pelo Banco do Nordeste sobre os recursos do Fundo momentaneamente não aplicados. Constituem despesas os valores relativos à contratação de auditoria externa e as decorrentes da taxa de administração a que o Banco do Nordeste faz jus como gestor do Fundo.

Os seus valores são apropriados pelo regime de competência, valendo destacar que as receitas oriundas das operações de crédito de curso irregular são também contabilizadas nas contas de resultado do FNE, considerando que o Fundo é isento de risco operacional.

b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo

Apresentados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

No Circulante os “Recursos Alocados” compreendem as disponibilidades já comprometidas em operações de crédito, porém ainda não liberadas. Sobre estes recursos, que representam disponibilidades em poder do Banco do Nordeste, incidem remuneração paga pelo Banco, cuja contabilização, é feita na adequada conta de resultado do Fundo, dentro do regime de competência.

Na estrutura patrimonial do FNE, as operações de crédito permanecem registradas em contas de origem até a sua final liquidação, não havendo transferência para rubricas de “Créditos em Atraso” e de “Créditos em Liquidação” nem constituição de provisões para créditos de difícil liquidação, considerando que o Fundo, isento de risco operacional, tem o Banco do Nordeste como garantidor dos créditos.

c) Passivo

Demonstrado pelos seus valores originais, acrescidos das atualizações monetárias devidas.

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido do FNE tem como origens:

- ⇒ Transferências da União, na proporção de 1,8%(um inteiro e oito décimos por cento), extraídas do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados;
- ⇒ Reserva de Contingência, na proporção de 1% (um por cento) sobre as transferências da União, com vistas a fazer face a perdas operacionais decorrentes de fatos extraordinários e alheios à vontade das partes contratantes.
- ⇒ Retornos e resultados operacionais;
- ⇒ Resultado da remuneração, paga pelo Banco do Nordeste, dos recursos do Fundo momentaneamente não aplicados;

8. APURAÇÃO DE RESULTADOS

O exercício financeiro do FNE coincide com o ano civil, para fins de apuração de resultados.

O resultado do exercício corresponde ao resultado líquido decorrente do balanceamento das receitas e despesas do período, o qual se incorpora automaticamente ao patrimônio líquido do Fundo.

9. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

O FNE goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento livres de qualquer tributo, contribuição ou outro gravame.

Fortaleza, 31 de dezembro de 1997.

BYRON COSTA DE QUEIROZ

Presidente

ERNANI JOSÉ VARELA DE MELO

Diretor

RAIMUNDO NONATO CARNEIRO SOBRINHO

Diretor

OSMUNDO EVANGELISTA REBOUÇAS

Diretor

JEFFERSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE

Diretor

MARCELO PELÁGIO DA COSTA BOMFIM
Superintendente de Negócios e Controle Financeiro

EVERALDO NUNES MAIA
Superintendente Jurídico

IVO ADEMAR LEMOS - Contador

CRC-CE N.º 10074

CPF-274.930.407-53

OBS.: Estas Notas Explicativas constituem parte integrante das Demonstrações Contábeis.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - FNE

Aos administradores do
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE
(Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.)

1. Examinamos os balanços patrimoniais do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.), em 31 de dezembro de 1997 e de 1996 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos do Fundo; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Fundo, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE em 31 de dezembro de 1997 e de 1996, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária.

Fortaleza, 23 de janeiro de 1998.
Luis Geraldo Schonenberg
Contador
CRC SP.178.453-S-Ce
Trevisan Auditores
Independentes
CRC SP 13.439-S-Ce